



**Discurso da Bastonária da Ordem dos Advogados  
(Abertura do Ano Judicial 2014)**

Exm.º Senhor Presidente da República

Excelências

Caros Colegas

Este ano em que comemoramos o quadragésimo aniversário do 25 de Abril não nos resignemos a assinalar um marco histórico estático e aproveitemos a democracia e a liberdade que nos foi conquistada para transformarmos Portugal e darmos um novo rumo à Justiça.

Quarenta anos depois, celebramos as conquistas em que muitos de nós não participaram activamente e o que temos para apresentar a esses heróis como resultado da nossa própria actuação?! O que fizemos todos nós com a democracia e com a liberdade que uns ajudaram a conquistar e a outros foi oferecida?

Temos hoje um país amputado na sua soberania, submetido a um programa de assistência financeira dirigido por uma Troika e um povo em sofrimento esmagado por impostos ou pelo desemprego. Hoje há fome e existe miséria em Portugal!

Indiferentes a tudo, adormecemos as nossas consciências, evitando, tantas vezes, pronunciar a verdade, temendo o eco das nossas próprias palavras ou que a ressonância do seu som possa fazer desmoronar a paz social que ainda, capeada por aparências, parece reinar no nosso país.

Partamos desta sessão solene de abertura do Ano Judicial com o propósito de que a próxima geração possa comemorar os feitos e as transformações que nós, juizes, procuradores e advogados, impusemos aos políticos - com a força da rectidão e justeza da nossa argumentação - como motores de uma verdadeira reforma para a justiça.

E se a cerimónia anual da Festa da Justiça que se organizava na Casa da Suplicação deu lugar à sessão solene de Abertura do Ano Judicial, pensemos agora em fazê-la coincidir com a efectiva abertura do Ano Judicial, que ocorre em Setembro e não em Janeiro, numa mensagem, que até pode ser simbólica, mas será, seguramente, expressiva da nossa consciência de que não vivemos no mundo virtual do sucesso das reformas propagandeadas.



Com liberdade e democracia tudo está ao nosso alcance, podemos tocar nas estrelas como afirmava Palma Carlos, mas não nos abriguemos na penumbra cinzenta do conformismo, que mais não representa que a expressão viva do egoísmo e da resignação que se abateu sobre todos.

Se por criticarmos formos punidos, que assim seja! Mas não aceitemos reduzir as conquistas de Abril, à liberdade do nosso silêncio ou à liberdade de um aplauso ruidoso aos poderes instituídos, porque essas liberdades já existiam no anterior regime e não teriam imposto uma revolução.

A Ordem dos Advogados está disponível para participar numa reforma da Justiça, que abra um novo caminho, assente no respeito pelos direitos, liberdades e garantias do cidadão e seja a manifestação, uma verdadeira emanção, da cidadania.

Nessa reforma a justiça deverá ser administrada em Tribunais que a Constituição consagra como órgãos de soberania e nos meios alternativos de resolução de litígios, que se deverão manter como alternativos, garantir-se-á a igualdade das partes impondo a presença obrigatória de advogados. Nós Advogados, em qualquer processo judicial ou administrativo, representamos a garantia absoluta da igualdade das partes, corrigindo, perante o julgador, o desequilíbrio que pode resultar de partes em juízo com capacidades culturais ou económicas diferentes.

A menorização da Advocacia representará sempre uma amputação da cidadania e uma Justiça sem Advogados, por mais que possa deslumbrar num momento fugaz alguns, sobretudo alguns juizes ou juizes de paz, reduzir-se-á sempre a um domínio do árbitro e à capitulação do Estado de Direito.

Todos nós, juizes, procuradores e advogados, somos igualmente necessários e todos temos indispensáveis actuações na administração da justiça, somos também nós, por esse motivo, os grandes responsáveis pelo prestígio e confiança, ou pela sua falta, na justiça em Portugal. Devemo-nos por isso debruçar sobre os nossos insucessos, ao invés de proclamar à semelhança de uma prática comum dos políticos, os êxitos que não correspondem aos anseios dos cidadãos e das empresas, nem ao sentimento generalizado dos profissionais que representamos.

As reformas legislativas operadas no campo do direito adjectivo ou processual, visando imprimir, o que se reconhece, uma maior celeridade, têm que ser expurgadas das normas que



atentam contra direitos fundamentais, eliminam garantias ou constituem limites intoleráveis à independência da advocacia.

Os verdadeiros Juízes são os primeiros a defender uma advocacia livre e independente e já num Acórdão do STJ, de 26-03-1926, se afirmava “Não queiramos nunca nesta terra uma advocacia superveniente e tímida ante o atropelo da lei ou a prepotência dos que têm o dever de a aplicar”.

E, porque assim é, não podemos aceitar que na reforma do Código de Processo Civil se possa condenar a parte ou o seu mandatário pela prática de actos, que constituem o exercício de direitos, só porque arbitrariamente um Juiz se decide pela sua impertinência ou pela sua prolixidade.

Condenar um mandatário numa taxa de justiça ou multa por actos praticados no exercício do patrocínio, traduz um perigoso retrocesso nos direitos e prerrogativas dos advogados e pode funcionar como um freio totalitário à liberdade que deve presidir à actuação processual do advogado.

Como reconhecia José Alberto dos Reis, “O direito do advogado apreciar, discutir e criticar tudo quanto seja conveniente ao bom desempenho do mandato, até onde seja necessário ao triunfo da causa, é garantia absolutamente imprescindível ao exercício da advocacia”.

De igual modo não podemos também aceitar que, por força da reforma do Código de Processo Penal, se possa substituir uma investigação por uma confissão, se valorize um depoimento prestado perante quem não é uma autoridade judiciária ou se possa condenar um cidadão, privá-lo mesmo da liberdade, sem respeito pelos direitos de defesa, nas suas mais amplas emanações, com restrições de prova ou valorizações de circunstâncias - como é o flagrante delito - que podem revelar-se meramente aparentes, mas entretanto foram fatais na determinação da forma do processo e na sua subsequente tramitação.

Consentir que sejam valorizados depoimentos de testemunhas ou arguidos, prestados sem a presença de um advogado, tantas vezes com falta de liberdade ou sob ameaças ainda que subliminares, constitui o recuo a um pensamento obscuro que assentava em poderes irresponsáveis e sem controlo.



Também nos Tribunais Plenários se liam confissões, arrancados sob o terror da tortura, que duas testemunhas “oficiais” certificavam com produzidas com absoluta consciência e em liberdade, que nem os protestos dos Advogados conseguiam impedir de ser valorizadas e de

fundamentarem condenações produzidas por uma magistratura, vergada ao poder político, que desvalorizava o advogado e se demitiu da sua função soberana de administrar a justiça.

Não queiramos, por razões de celeridade, compactuar com simulacros de julgamentos, em que antes da audiência de julgamento o cidadão já foi pré-sentenciado, condenado e perdeu, por isso, a presunção de inocência que por imposição constitucional lhe devia assistir.

Senhor Presidente da República, Excelências,

Resta-me deixar aqui dois apelos para duas reformas em curso ou anunciadas: a reorganização judiciária e o sistema do acesso ao direito.

Ambas entroncam no direito fundamental de acesso à justiça e aos tribunais.

Prosseguir numa política de desertificação do interior do país, galvanizar as assimetrias que hoje já existem é condenar Portugal a reduzir-se a um desenvolvimento a duas velocidades e pôr em causa qualquer esforço de coesão nacional.

Encerrar Tribunais ou desqualificá-los, obrigando populações a deslocar-se às capitais de distrito, que nem sequer gozam tantas vezes de centralidade geográfica, representa a página mais negra que se alcança possa ser escrita pelos nossos deputados e traduz a capitulação do Estado numa das suas principais responsabilidades que é assegurar a administração da Justiça.

Do mesmo modo, representará um retrocesso qualquer alteração ao sistema do acesso ao direito, que funcionalize a advocacia ou crie constrangimentos à sua independência e não garanta que a todos os cidadãos, sobretudo aos mais carenciados, seja nomeado um advogado livre e independente, remunerado pelos seus serviços com a dignidade, que se traduz também em pontualidade no pagamento, que o exercício de funções que dão densidade e conteúdo a um direito fundamental impõem.

O ser humano e a tutela da dignidade da pessoa humana é o fundamento de acção e protecção por parte do Estado.



O ser humano e a tutela da dignidade da pessoa humana é, e deverá ser sempre, o fundamento e o motor de toda e qualquer reforma na justiça.

Acredito que vamos conseguir restaurar a confiança dos portugueses na Justiça e concretizar as indispensáveis reformas, pensando nas pessoas, centrando-nos nas pessoas e nas empresas, despidos das vestes dos interesses, no reconhecimento expresso de que somos, sobretudo e antes de mais, cidadãos e na manifestação inequívoca dessa mesma cidadania.

E, como já disse, e reafirmo, se nós advogados, procuradores e juízes acreditarmos na justiça, também o cidadão acreditará, e poderá acreditar, na justiça em Portugal.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2014

Elina Fraga